



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato Urbanitário

17/12/2020

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

PL permite readmissão durante calamidade

O projeto de Lei 3507/20 permite a reconstrução de empregados demitidos durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. De acordo com o Decreto Legislativo 6/20, o estado de calamidade pública vai de 6 de fevereiro a 31 de dezembro.

Pela proposta, a reconstrução será permitida até seis meses após o fim desse período. Atualmente a Portaria 384/92, do antigo Ministério do Trabalho, veda a reconstrução de trabalhador pela mesma empresa no período de 90 dias após a demissão. O objetivo da portaria é evitar que ocorram fraudes para o resgate da conta vinculada do trabalhador do FGTS e para o recebimento indevido de seguro-desemprego.

Em análise na Câmara dos Deputados, o projeto insere a suspensão dessa norma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Saiba mais em: Diário do Litoral, quarta-feira 16 de dezembro.

Governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) prepara uma nova rodada do programa de saque emergencial do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em 2021. A medida integra um plano de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A ação em estudo pode ser adotada com outras iniciativas. A meta é injetar dinheiro na economia.

Embora Bolsonaro fale em “finalzinho de pandemia” e o governo não reconheça a chegada de um novo surto de Covid-19, o Ministério da Economia está elaborando um cardápio de medidas que poderão ser acionadas a depender da intensidade das crises sanitária e econômica no país.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 16 de dezembro.

IGP-10 tem alta de 1,97% em dezembro

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) teve alta de 1,97% em dezembro. Uma desaceleração na comparação com novembro, quando tinha sido 3,51%. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), que calcula o indicador, o acumulado neste ano é de 24,16%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) saiu da alta de 4,59% em novembro para elevação de 2,27% em dezembro. Na análise por estágios de processamento, os preços dos Bens Finais tiveram variação de 2,46%, enquanto em novembro tinha sido de 2,94%. Conforme a avaliação, o comportamento do subgrupo Alimentos in natura, cuja taxa passou de 10,85% para 7,50%, foi a principal contribuição para o resultado.

Saiba mais em: Diário do Litoral, quarta-feira 16 de dezembro.

Após prever vacina em março, janeiro e dezembro, governo agora diz fevereiro

Depois de anunciar que a vacinação contra Covid-19 no Brasil poderia começar em dezembro, janeiro ou março, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse que o plano de imunização nacional deve começar em fevereiro de 2021.

A nova previsão foi dada nesta quarta-feira (16) no Palácio do Planalto, após o anúncio da nova versão do plano nacional de imunização, lançado em meio a reiteradas falas antivacina do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O documento de 110 páginas inclui novos grupos prioritários para receber imunização e eleva de 300 milhões para 350 milhões o total de doses “em negociação”, mas não tem data exata para início da campanha nem detalha o cronograma de aplicação das doses.

Também inclui a vacina Coronavac, desenvolvida em parceria entre farmacêutica chinesa Sinovac e o Instituto Butantan, em uma lista de “adesão do Brasil às vacinas”.

O imunizante virou alvo de disputa entre Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) – Bolsonaro chegou a comemorar a interrupção dos testes da Coronavac após a morte não relacionada à vacina de um voluntário e esvaziou, em outubro, um acordo anunciado por Pazuello para a compra de 46 milhões de doses do imunizante.

Doria, por sua vez, anunciou o início da campanha em São Paulo para 25 de janeiro, apesar da falta de dados até agora de eficácia da Coronavac.

O governo não informou, porém se há um acordo fechado com o Butantan. O secretário de vigilância, Arnaldo Medeiros, disse que a lista envolve acordos e memorandos de intenção para compra. “Dependendo da eficácia e segurança, o país vai comprar vacinas”, disse.

A lista do governo também tem as vacinas de AstraZeneca/Oxford, Pfizer/BioNTech, Bharat Biotech, Moderna e Janssen, além do consórcio da Covax Facility, da OMS.

“Se conseguirmos manter o planejado do Butantan e da Fiocruz de apresentar a fase 3 dos estudos e toda a documentação da fase 1 e 2 ainda em dezembro à Anvisa e solicitar o registro, nós teremos janeiro para análise da Anvisa e, possivelmente, de meados de fevereiro para frente estejamos com essas vacinas recebidas e registradas para iniciar o plano”, disse Pazuello.

O ministro resistiu em cravar uma data sob o argumento de não querer vender ilusões. “Vendeu-se muita ilusão quando se falava de compra de respiradores, equipamentos. Então, a partir da vacina registrada, segura e eficaz, garantida pela Anvisa e recebida, em cinco dias nós iniciamos a distribuição nos estados”.

A apresentação de um plano sem datas e parâmetros definidos para a imunização nacional contra a Covid-19 foi vista com desalento por autoridades paulistas.

Apesar de o plano enfatizar relativamente a Coronavac, a opacidade do anúncio predominou nas avaliações.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 17 de dezembro.